O Quistclose trust

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um Quistclose trust surge quando dinheiro ou outros bens são transferidos para uma finalidade específica, em termos que os retiram da livre disposição do destinatário. Se a finalidade se frustrar, os bens passam a ser mantidos em resulting trust para quem os transferiu.[1] A doutrina tem três aplicações na prática dos ativos digitais. A primeira é a venda de tokens. Quando os compradores pagam stablecoins na wallet de um emissor para financiar um desenvolvimento específico e o emissor se compromete a aplicar os recursos apenas nessa finalidade, pode surgir um Quistclose trust se o desenvolvimento for abandonado. A segunda é o escrow de lançamento, no qual os recursos ficam com um terceiro até que se cumpram condições de listagem ou de soft cap. A terceira é o pré-financiamento de arranjos de market making, nos quais tokens e stablecoins são entregues a um market maker para prover liquidez em plataformas especificadas.

A doutrina é uma ferramenta de dois gumes. O emissor que deseja usar livremente o produto da venda deve evitar linguagem que restrinja sua aplicação. O comprador que deseja proteção deve exigi-la. Na minha prática, a questão surge com mais frequência após um lançamento fracassado, quando os compradores descobrem que a "tesouraria" foi gasta em salários e marketing. Se o white paper e os termos da venda diziam apenas que os recursos seriam usados "para o desenvolvimento do

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

protocolo", o argumento do Quistclose é fraco. Tais palavras descrevem uma intenção comercial genérica e não retiram os recursos da livre disposição do destinatário. Se os termos exigiam segregação e liberação conforme marcos, o argumento é forte.

Exemplo

Uma sociedade limitada de Singapura (Private Limited Company) vende 10 milhões de tokens de utilidade por 2 milhões de USDC, em termos segundo os quais os recursos "shall be held in a designated multi-signature wallet and released only against the completion of the development milestones in Schedule 2". A sociedade abandona o projeto após gastar 300.000 USDC em trabalhos aprovados de marcos. Nesses termos, os 1,7 milhão de USDC restantes estão, de forma defensável, mantidos em Quistclose trust para os compradores pro rata, porque os termos retiraram os recursos da livre disposição da sociedade e os vincularam a uma finalidade que agora se frustrou. Os compradores podem reivindicar o saldo com prioridade sobre os credores quirografários da sociedade. Se os termos dissessem apenas que os recursos "will be used to build the protocol", os compradores teriam uma pretensão contratual de indenização e nada mais.

Notas

1. *Barclays Bank Ltd v Quistclose Investments Ltd* [1970] AC 567 (HL). *Twinsectra Ltd v Yardley* [2002] UKHL 12, em [68]–[103] (Lord Millett). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.